



REUNIÃO MECI

31 julho 2024

Síntese

Na segunda reunião negocial sobre a proposta do Governo “Plano + Aulas + Sucesso”, presidida pelo Senhor Ministro da Educação, Doutor Fernando Alexandre, foi apresentada uma nova versão, colhendo algumas das sugestões deixadas pelos sindicatos. Destas, o Senhor Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa, Dr. Pedro Dantas da Cunha, salientou:

- Ponto 1: **A necessidade de acordo expresso do docente para lhe serem atribuídas mais de 6 horas extraordinárias semanais, até ao limite de 10; haverá ainda a possibilidade de se limitar o número de turmas por docente, acrescentando-se uma alínea para tal;**
- Ponto 3: **O contrato a celebrar com os docentes aposentados ou reformados será a termo resolutivo, retirando-se a limitação “certo”;**
- Ponto 5: **O tempo de serviço a considerar para os docentes do ensino superior e investigadores doutorados será exclusivamente letivo;**
- Ponto 6: **A atribuição de bolsas aos alunos que se candidatem aos ciclos de estudos de licenciatura e mestrado na área da educação exige que os mesmos sejam opositores aos procedimentos concursais do Ministério da Educação e manifestem, durante três anos, preferências mínimas de 20 códigos de QZP e 60 códigos de QA/QE;**
- Ponto 7: **A salvaguarda que os docentes com formação científica adequada nas áreas de outros grupos de recrutamento e dos técnicos especializados, apenas têm contrato até ao momento em que é colocado um docente com qualificação profissional ou habilitação própria para a necessidade desse grupo de recrutamento;**
- Ponto 9 (novo): **A inclusão da obrigação de avaliação e eventual revisão destas medidas, no final de cada ano letivo.**

Na alteração da Portaria n.º 814/2005, de 13 de setembro, ficou ainda estipulado que **“A decisão do pedido de acumulação compete à diretora-geral da Administração Escolar”**.

A Presidente da ASPL, Dra. Fátima Ferreira, considerou que a proposta, hoje se encontra mais adaptada à realidade e às chamadas de atenção por parte da ASPL, ainda que se mantenham algumas omissões e aspetos negativos, de acordo com a posição que esta organização sindical tem vindo a apresentar à tutela. Lembrou os dois documentos já enviados e entregues à tutela na última reunião, que no essencial reitera, escusando-se a repetir o que eles contêm, pois para além de os já ter apresentado, na anterior reunião, o tempo para as intervenções dos sindicatos é exíguo.

Felicitou o Senhor Ministro pela entrevista realizada em canal televisivo, revelando que os problemas que assolam a escola pública estão por ele a ser entendidos com vontade de resolver essas situações, que se verificam, designadamente, **desde 2010, momento em que surgiram as vagas de acesso aos 5º e 7º escalões, não tendo a ASPL assinado esse diploma**. Reiterou a total disponibilidade para trabalhar com a tutela para corrigir todos os erros e constrangimentos existentes na área da educação e do ensino. Das discordâncias que tem sobre a proposta, referiu especificamente:

- Ponto 1: **devem-se manter as 5 horas extraordinárias, como máximas e de aceitação obrigatória, e não aumentá-las para 6h;**
- Ponto 3: **deve-se retirar a palavra “certo”, como indicado pela tutela;**
- ponto 4: **no final da sua redação deve-se acrescentar o final do texto do ponto 7;**
- ponto 5: **não se concorda com as diferenças de evolução dos índices salariais entre os visados e os docentes contratados profissionalizados e não profissionalizados, havendo falta de equidade; apela-se para que não haja regras diferentes, pois embora seja importante atrair novos profissionais, também é importante não revoltar os que já lá estão.**

Recordou ainda que no documento entregue pela ASPL, aquando do início das funções da atual equipa ministerial, onde constam as 19 questões mais urgentes na área da

docência e educação, entre elas está identificada a necessidade de se estipular um **subsídio de deslocação e de alojamento**, matéria que ainda não consta da proposta hoje apresentada e é imprescindível para permitir que os docentes se possam deslocar e manter deslocados, sobretudo nas regiões mais complicadas como a Grande Lisboa, Algarve e Alentejo. Salientou que também há muito a ASPL reivindica que o **tempo de serviço prestado no Ensino Superior seja considerado para efeitos de progressão na carreira dos docentes dos ensinos básicos e secundários, mas infelizmente ainda não é, mas está, e bem, previsto neste futuro diploma para os doutorados e investigadores. Contudo, a não se corrigir para os demais, volta a criar-se mais uma situação de injustiça e falta de equidade. A ASPL insiste no apelo para que em setembro se possa tratar também deste assunto.**

Com efeito, estes docentes que trabalharam no Ensino Superior não têm visto esse tempo a ser considerado na sua progressão na carreira, mas apenas a ser contabilizado para efeitos de concurso, dando um exemplo de uma associada com 26 anos de serviço prestados no Ensino Superior, cujo caso se encontra em tribunal, há vários anos.

Com a presença da atual Diretora-Geral da DGAE, em regime de substituição, Dra. Maria Luísa Oliveira, e da Subdiretora da DGAE, Dra. Joana Gião, foram esclarecidas dúvidas sobre as colocações realizadas, destacando-se:

- Houve 91 docentes de QZP (dos que concorreram à transição e ficaram nos atuais 63 QZPs), que por falha do algoritmo não concorreram a todas as escolas e a aplicação do concurso não correu todos os códigos de escolas ou agrupamentos da área geográfica dos seus respetivos QZP;
- Houve 44 docentes abrangidos pela Norma-travão, porque não concorreram para todo o país, ficaram “não colocados”.

Tendo por base que existem vagas não ocupadas, designadamente 718, 320 em QZP e 393 em QA/QE e QZP (estas últimas resultantes de não aceitação dos candidatos, o que ocorreu essencialmente a Sul do país), **a DGAE irá entrar em contacto com os candidatos acima referidos, perguntando-lhes se têm interesse em ocupar estas**

vagas e vincular em QA/QE desse QZP ou em QZP. Será igualmente realizado um simulador com as preferências manifestadas pelos docentes, respeitando-se a graduação de cada um dos opositores. Informaram que em sede da ICL1, constam cerca de 2000 docentes com ausência da componente letiva (com menos de 8 horas letivas semanais, vulgo horário zero), número que tende a diminuir significativamente aquando da ICL2, com a constituição de mais turmas, aprovação de projetos, colocações de mobilidade estatutária e autorização de dispensas sindicais, entre outras. Acresce que não irá haver lugar à consolidação da mobilidade, para os técnicos especializados, apenas a possibilidade de renovação dos contratos e vai-se trabalhar no sentido da vinculação destes profissionais.

A Dra. Fátima Ferreira salientou que já tinha sugerido, no seu Ofício de 12 de julho, que em sede de recurso hierárquico fosse dada a possibilidade de colocação e efetivação a estes colegas, de acordo com as preferências já manifestadas e que pudessem ainda manifestar, pois a solução de rescisão dos contratos a estes docentes não lhe parecia a solução mais correta. Informou ainda que graças à reunião realizada pela DGAE, ainda com a Dra. Susana Castanheira Lopes como Diretora-Geral, os seus associados foram bem informados e alertados para as alterações que o atual diploma dos concursos contém, nomeadamente da necessidade de manifestarem os 63 códigos de QZP, para poderem ficar providos em QZP, e novamente os 63 códigos de QZP para se poderem ficar provido em qualquer agrupamento ou escola não agrupada da área geográfica de cada um desses QZP, pois, de acordo com o entendimento e procedimento da DGAE só assim assegurariam a efetivação e o não ficarem no próximo ano no desemprego.

No entanto, após os resultados dos concursos, interno e externo, novos sócios surgiram com problemas por não terem interpretado bem essas alterações e não ficaram colocados, tendo a ASPL auxiliado estes colegas com os respetivos recursos hierárquicos e exposições no E72. Perante a atual falta de professores, a ASPL espera que com os procedimentos a encetar agora pela DGAE, haja lugar à colocação destes professores, contribuindo para mitigar o número de alunos sem aulas a todas as disciplinas, mas continuou a manifestar preocupação face aos que não aceitarem, dado que já não poderão tentar a aproximação à residência, por via da mobilidade

interna, pois este concurso já terminou e no próximo ano estarão impedidos de lecionar e ficarão no desemprego.

Em resposta à pergunta da ASPL sobre as próximas reuniões, incluindo as de caráter técnico para a operacionalização da recuperação do tempo de serviço, a tutela informou que as reuniões técnicas de acompanhamento terão lugar a partir de setembro, momento em que também se iniciará a negociação da revisão do Estatuto da Carreira Docente.

As organizações sindicais ficaram de enviar ao MECI, até amanhã, dia 2 de agosto, as suas posições quanto a esta última proposta apresentada, pelo que logo que a ASPL a elabore a enviará também com conhecimento, como sempre, dos seus associados.

A 1ª Vice-Presidente da ASPL: M^a João Gonçalves

